EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES

CNPJ: 17.200.429/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM DEZEMBRO DE 2024 E 2023

R$(mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		**84.059**	**60.423**
Caixa e Equivalência de Caixa	4	1.695	7.819
Aplicações Financeiras	4.1	54.815	29.370
Contas a receber	5	19.347	12.381
Estoques	6	4.186	5.504
Outros Créditos	7	4.016	5.349
NÃO CIRCULANTE		**581.501**	**577.181**
Realizável a Longo Prazo		**1.263**	**2.246**
Depósitos Judiciais	8	866	890
Conta Corrente Pacientes Sus/Convenios	8.1	397	1.356
Investimentos		**6**	**6**
Imobilizado	9	**580.204**	**574.901**
Intangível		**28**	**28**
TOTAL DO ATIVO		**665.560**	**637.604**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		**64.302**	**57.207**
Fornecedores	10	21.714	21.123
Salários e contribuições sociais	11	11.072	7.383
Obrigações fiscais	11.1	1.733	1.045
Empréstimos e Financiamentos	12	17.523	18.672
Obrigações com convênios	13	12.260	8.984
NÃO CIRCULANTE		**111.364**	**115.083**
Empréstimos e Financiamentos	12	72.288	79.056
Obrigações com convênios	13	34.268	28.848
Provisões para demandas judiciais	14	4.618	6.984
Fornecedores	14	190	195
PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**489.894**	**465.314**
Patrimônio Social		465.314	475.733
Superávit's ou Déficit's do Exercício		24.580	(10.419)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**665.560**	**637.604**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços Hospitalares	16.1	86.085	68.619
Incentivos e Subvenções	16.2	95.844	44.370
Receita de Doação	16.3	21.350	24.082
Receita com Gratuidade Tributária	16.4	26.019	17.939
Receitas de Desenvolvimento e Pesquisa		6.604	6.640
Outras Rendas	16.6	1.712	3.539
		237.614	**165.189**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Glosas	16.5	(556)	(2.215)
Honorários Médicos	16.5	(1.714)	(1.680)
Despesa com Gratuidade Tributária	16.4	(26.019)	(17.939)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	**209.325**	**143.355**
Custo dos Serviços Prestados	17	(146.145)	(113.269)
SUPERÁVIT BRUTO		**63.180**	**30.086**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal-(Adm)	17.1	(11.549)	(10.847)
Outras Despesas Operacionais	17.1	(16.573)	(16.201)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Aluguéis	18	65	154
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**35.123**	**3.192**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita		2.136	425
Despesa		(12.679)	(14.036)
		(10.543)	**(13.611)**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**24.580**	**(10.419)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

R$(mil)

	Patrimônio Social	Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31 dezembro de 2022	**536.310**	**(60.577)**	**475.733**
Incorporação	(60.577)	60.577	-
Déficit do Exercício	-	(10.419)	(10.419)
Saldo em 31 dezembro de 2023	**475.733**	**(10.419)**	**465.314**
Incorporação	(10.419)	10.419	-
Superávit do Exercício	-	24.580	24.580
Saldo em 31 dezembro de 2024	**465.314**	**24.580**	**489.894**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	24.580	(10.419)
Depreciação	6.245	5.562
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.720	474
	32.545	**(4.383)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(6.966)	4.260
Estoques	1.318	2.083
Outros ativos	1.333	(1.179)
Depósitos judiciais	24	(455)
Contas a receber - LP	959	547
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	586	2.242
Salários e contribuições sociais	3.689	1.221
Obrigações fiscais	688	3
Obrigações com convênio	8.696	26.588
Provisão para demandas judiciais	(2.365)	2.637
Caixa líquido das atividades operacionais	**40.507**	**33.564**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(13.268)	(7.027)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(13.268)**	**(7.027)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	89.810	97.728
Pagamentos de empréstimos	(97.728)	(96.480)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(7.918)**	**1.248**
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalente caixa	**19.321**	**27.786**
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	37.189	9.403
Caixa e equivalente caixa final do exercício	56.510	37.189
	19.321	**27.786**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Benjamin Guimarães é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 063.390/45. Conforme Atestado de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, foi instituída em 25.01.1944 e adquiriu personalidade jurídica em 26.01.1944, com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Jero Oliva sob o nº 523. É reconhecida como de utilidade pública federal conforme Decreto n.º 63.686 de 26.11.1968 revogado pelo Dec. S/N de 27/05/1992 D.O. 28/05/1992 - P.6590, de utilidade pública estadual conforme Lei n.º 2.435 de 22.08.1961 e de utilidade pública municipal conforme a Lei n.º 3.011 de 13.12.1979. Tem como objetivo o atendimento médico em geral, tanto em regime ambulatorial quanto no de internamento e desenvolvimento acadêmico das áreas de pesquisas e especializações médicas, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. A Instituição é dirigida por um Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Curador como órgão soberano e normativo e por uma Diretoria executiva, tendo suas atividades, no que diz respeito à manutenção dos ideais de seu instituidor, fiscalizadas por um Conselho Fiscal. A Fundação aplica integralmente o seu resultado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os dirigentes e conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios sob qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas estatutariamente. A entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações.Para manutenção de suas atividades estatutárias, presta serviços ao SUS – Sistema Único de Saúde (com percentual superior a 60% de sua capacidade instalada), operadoras de Plano de Saúde, atendimentos a particulares e arrecada, junto à população em geral, recursos diversos na forma de doações, que são aplicados integralmente na sua atividade fim. A Fundação trabalha de forma árdua adotando medidas de controle financeiro e operacional para melhoria dos níveis de resultado operacional em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade. A Administração avaliou que a Fundação tem capacidade de manter suas atividades operacionais e que, por este motivo, não pretende liquidar ou cessar suas operações, além de visualizar em um futuro próximo alternativas realistas para evitar o encerramento das suas operações. A Diretoria da Fundação autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 em 03 de abril de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Informações gerais

As Demonstrações Financeiras aqui presentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração e que passarão as ser descritas abaixo, juntamente com as notas explicativas.

2.2. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas respeitando o princípio contábil da competência, baseado no CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As mesmas são reconhecidas quando o seu valor pode ser estimado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela entidade e quando a proporção dos serviços executados possa ser confiavelmente mensurada. Para as doações recebidas, identificadas e possíveis de mensuração, realiza-se o reconhecimento em conta de resultado ou provisões baseadas em relatórios emitidos pelos setores responsáveis, já as doações que acontecem diretamente em contas bancárias da Fundação e que não são possíveis sua identificação imediata, serão contabilizadas quando efetivamente recebidas. As receitas e despesas com gratuidades são reconhecidas no resultado, à medida que os serviços prestados relativos a elas ocorrem e são efetivamente mensurados. As subvenções de recursos para custeio e investimentos são contabilizadas no resultado, quando atendidos todos os requisitos de reconhecimento que, em linhas gerais, estão ligados ao cumprimento pela Fundação das suas obrigações previstas nos convênios firmados, respeitando sempre que necessário o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, elaborado a partir do International Accounting Standards - IAS 20 emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB .

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em moeda nacional do Brasil – Real - que é a moeda funcional da Fundação e os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e pautadas, utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. Tomando sempre como pilar de informações e orientações os CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - elaborado a partir do Conceptual Framework for Financial Reporting.

2.5. Instrumentos financeiros

Em consonância ao CPC 048 – Instrumentos Financeiros – elaborado a partir do International Financial Reporting Standards - IFRS 9, a Fundação valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras representa o montante de caixa que receberia ou pagaria conforme apropriado.

2.6. Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes conforme CPC 012 (R1) – Ajuste a Valor Presente e que está em conformidade com as normas contábeis internacionais editadas pelo IASB, permitindo que a utilização de informações baseadas no valor presente possa contribuir para aumentar o valor preditivo da Contabilidade, possibilitando a correção de julgamentos sobre eventos passados já registrados e aprimorando o reconhecimento de eventos presentes.

2.7. Tributos

A Fundação não está sujeita à tributação do imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido. No entanto, é condição obrigatória cumprir com as disposições do artigo 15 da Lei Federal 9.532/1997 e apresentar a Declaração de Rendimentos. Além disso, a Fundação mantém ativo seu CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde) o que lhe garante conforme Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 150 "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios" - VI - instituir impostos sobre - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

2.8. Trabalho voluntário

A Fundação Benjamin Guimarães, no desempenho de suas atividades institucionais, recebe a colaboração de voluntários, a exemplo do grupo de palhaços do Instituto Hahaha, cuja atuação tem papel significativo no acolhimento e bem-estar dos pacientes assistidos pelo hospital. Entretanto, em razão da natureza essencialmente social e altruísta desse trabalho, a Fundação não lhe atribui valoração monetária, uma vez que compreende que o benefício social proporcionado supera qualquer estimativa financeira que se possa aferir. Nesse contexto, não se realiza pesquisa de preços para a valoração dos serviços voluntários. Ademais, em consonância com essa diretriz, tais serviços não foram reconhecidos na Demonstração do Resultado como receita ou despesa.

2.9. Subvenções governamentais

As receitas com subvenções e assistência governamentais são reconhecidas nas contas de resultado quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Fundação todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo) para que a Entidade fizesse jus à referida Subvenção, conforme requerido pelo CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, elaborado a partir do International Accounting Standards - IAS 20 emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Os valores, quando recebidos e utilizados, são registrados no Ativo (recursos financeiros e bens não monetários) e no Passivo (subvenções a realizar e passivos diferidos), conforme Nota explicativa nº 13. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a natureza da subvenção, ou seja, para custeio ou investimento, e de acordo com a execução do Convênio a que ela se refere.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração formule estimativas e adote premissas fundamentadas, empregando seu melhor discernimento técnico. Tais estimativas exercem influência direta sobre os montantes reconhecidos de ativos e passivos, bem como sobre os valores das receitas, custos e despesas. O processo de estimativa e julgamento contábil está sujeito a revisão contínua, sendo embasado tanto na experiência histórica quanto em uma ampla gama de fatores, incluindo projeções de eventos futuros, consideradas razoáveis dentro do contexto e sempre em conformidade com a legislação vigente. Tendo em vista que o julgamento da Administração envolve a formulação de estimativas associadas à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, é inerente ao processo a possibilidade de que os valores efetivos de realização ou liquidação dos ativos e passivos possam divergir das estimativas inicialmente estabelecidas. Há diversas áreas nas quais se faz necessária a aplicação de elevado grau de julgamento por parte da Administração na determinação das estimativas contábeis, destacando-se:

a)Continuidade operacional

Com base na Resolução CFC nº 750/93, a Fundação elaborou suas Demonstrações Financeiras sob a premissa da continuidade operacional futura. No entanto, a ocorrência de déficits em anos anteriores é predominantemente atribuída à realidade de seus serviços hospitalares, os quais são majoritariamente destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este cenário se deve, em grande parte, à remuneração dos serviços hospitalares por uma tabela de preços desatualizada, que se revela insuficiente para cobrir integralmente os custos e despesas operacionais da instituição.Apesar dos esforços contínuos para otimizar a gestão financeira e operacional, a Fundação enfrenta desafios significativos em garantir a sustentabilidade econômica de suas atividades, dadas as restrições financeiras impostas pelo ambiente regulatório e pela estrutura de remuneração estabelecida para os serviços de saúde prestados ao SUS.Nesse contexto, a Fundação reitera seu compromisso com a melhoria contínua de suas práticas de gestão e com a busca por alternativas viáveis para equilibrar suas finanças, a fim de garantir a continuidade de sua missão de oferecer serviços de saúde de qualidade à comunidade atendida, respeitando sempre os princípios éticos e legais que norteiam suas atividades.

b)Perda (impairment) do imobilizado

Em conformidade com as melhores práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, fundamentado no IAS 36 - Impairment of Assets (BV2010), emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), a Administração da Fundação adotou medidas proativas com o propósito de garantir a transparência e a fidedignidade de sua contabilidade patrimonial. Para esse fim, foi contratada uma empresa de elevada especialização, cujos serviços foram iniciados em abril de 2022 e concluídos em dezembro do mesmo ano. O escopo desse trabalho consistiu na revisão criteriosa de todo o ativo da instituição, em reconhecimento à necessidade de uma avaliação precisa e atualizada de seus bens imobilizados.Cabe destacar que os principais ativos desse grupo contábil correspondem a imóveis, cuja última avaliação, baseada no valor de mercado, foi realizada em 2013. No entanto, considerando a natureza dinâmica do setor imobiliário, bem como as eventuais oscilações nas condições econômicas e regulatórias, a Fundação considerou imperativo promover uma nova avaliação. Por meio desse processo de reavaliação, a Administração buscou identificar eventuais perdas por impairment de seus ativos imobilizados. Caso fossem constatadas desvalorizações em relação aos montantes contábeis registrados, seriam realizados os ajustes necessários — o que, contudo, não se verificou.Essa iniciativa evidencia o compromisso da Fundação com a transparência, a responsabilidade financeira e a observância das normas contábeis, assegurando, assim, a integridade e a solidez de suas demonstrações financeiras perante todos os stakeholders envolvidos.

c)Provisão para perdas de liquidação duvidosa de clientes

Conforme estipulado pelo ITG/2002 (R1), aprovado pela resolução CFC 1.409/2012, e embasado no histórico de desempenho do Contas a Receber e na análise individual do aging list, a Administração da Fundação determinou a necessidade de constituir Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Essa medida visa a mitigar o impacto do não recebimento da rubrica Contas a Receber de Clientes, a qual abrange valores a receber de órgãos públicos, convênios privados de saúde e contas de pacientes particulares. A decisão de estabelecer as PCLD é fundamentada não apenas nas diretrizes regulatórias vigentes, mas também na avaliação criteriosa do desempenho histórico das contas a receber e na análise minuciosa das informações contidas na aging list. Este processo de análise e avaliação é essencial para identificar e quantificar os riscos associados à inadimplência ou à liquidação parcial desses créditos.Ao considerar a composição dos Contas a Receber de Clientes, a Administração reconhece a diversidade e complexidade dos devedores e das circunstâncias que podem impactar o recebimento desses valores. Portanto, a constituição das PCLD é uma medida prudente e prudente para garantir a sustentabilidade financeira da Fundação diante de potenciais perdas associadas a esses créditos.Ressaltamos que em junho/2024, a Fundação Benjamin Guimarães, passou suas atividades para 100% SUS.

d)Provisão para demandas judiciais

Conforme preconizado pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em alinhamento com o IAS 37, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), a Fundação adota uma abordagem criteriosa, transparente e prudente na contabilização de suas provisões, assegurando a fidedignidade e a conformidade de suas demonstrações financeiras.Nos termos das normativas aplicáveis, uma provisão é reconhecida quando a Fundação incorre em uma obrigação, seja de natureza legal ou construtiva, resultante de eventos pretéritos, desde que seja provável a necessidade de um desembolso de recursos econômicos para sua liquidação. Dessa forma, a Administração compromete-se a registrar todas as provisões com base nas melhores estimativas disponíveis, avaliando os riscos envolvidos de maneira diligente e fundamentada.As estimativas utilizadas na contabilização dessas provisões são pautadas em uma análise minuciosa dos eventos e circunstâncias relevantes, considerando-se informações disponíveis no momento da elaboração das demonstrações financeiras. Esse procedimento visa garantir a adequada mensuração das obrigações prementes, bem como a mitigação de potenciais impactos adversos sobre a posição patrimonial e financeira da Fundação.Assim, ao reconhecer e mensurar suas provisões, a Fundação observa rigorosamente os princípios contábeis internacionais, assegurando a transparência, confiabilidade e conformidade de suas demonstrações financeiras, em estrita observância às exigências dos órgãos reguladores e às melhores práticas contábeis.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	295
Bancos - Recursos Próprios - Hospital da Baleia	108	2.980
Bancos - Recursos Rede de Amigos	180	219
Bancos - Recursos Convênios Órgãos Públicos	1.201	4.325
Numerário em Trânsito	201	-
	1.695	**7.819**

Caixa: Na gestão financeira da Fundação, são considerados tanto os valores em espécie quanto os créditos disponíveis na tesouraria para pagamentos de despesas de pequeno valor. Além disso, nessa conta são registrados os cartões de crédito e cheques pré-datados recebidos pela Fundação, os quais serão creditados em meses subsequentes. Esse procedimento evidencia um saldo significativo de recursos, demonstrando a saúde financeira da instituição. **Bancos:** Tais valores referem-se aos montantes recebidos em contas correntes, abrangendo depósitos bancários e verbas públicas, oriundos de clientes, órgãos governamentais e doadores. Esses recursos desempenham um papel fundamental na manutenção das atividades institucionais, garantindo a continuidade operacional da Fundação e permitindo o cumprimento de sua missão social.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Próprios	20.642	2.417
Recursos Convênios	34.173	26.953
	54.815	**29.370**

A política de mensuração das aplicações financeiras da instituição fundamenta-se no conceito de valor justo, garantindo que os ativos financeiros sejam avaliados periodicamente com base em preços de mercado, de modo a refletir as condições econômicas vigentes. No que tange à apropriação de juros, correção monetária e demais variações aplicáveis, o reconhecimento contábil é realizado em conformidade com a natureza dos recursos.Para os recursos próprios, tais rendimentos são reconhecidos imediatamente no resultado, refletindo o impacto financeiro direto na Fundação.Por outro lado, no caso de recursos oriundos de convênios, a contabilização segue um tratamento diferenciado. Em observância às diretrizes estabelecidas pelo CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, os rendimentos financeiros são registrados no passivo, sendo incorporados ao montante da verba pública recebida. Essa abordagem contábil visa assegurar a segregação e a divulgação adequadas dos recursos provenientes de convênios, garantindo conformidade com os princípios contábeis e as normas regulamentares aplicáveis, além de proporcionar maior transparência na prestação de contas e no gerenciamento dos fundos institucionais.

5. CONTAS A RECEBER

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Contas Correntes - Pacientes SUS	16.812	8.692
Contas Correntes - Pacientes Convênios	3.026	3.908
PCLD - Convênios	(437)	(799)
Contas Correntes - Pacientes Particulares	292	1.166
PCLD - Particulares	(86)	(586)
PCLD - SUS	(260)	-
	19.347	**12.381**

SUS: O presente item refere-se ao faturamento dos serviços médico-hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), acrescido dos honorários médicos correspondentes, os quais, quando aplicável, são repassados às clínicas médicas responsáveis pela execução dos serviços. Essa estrutura de faturamento evidencia não apenas a complexidade operacional envolvida, mas também a necessidade de uma gestão financeira criteriosa e transparente. A instituição adota um processo estruturado que visa garantir a adequada remuneração dos serviços hospitalares e dos profissionais médicos, assegurando, simultaneamente, o cumprimento de seus compromissos contratuais e institucionais. Dessa forma, a política de faturamento adotada não apenas reforça a sustentabilidade financeira da instituição, mas também promove uma relação de parceria eficaz com as clínicas médicas, contribuindo para o fortalecimento do compromisso com a qualidade e a eficiência na prestação de serviços de saúde à população.

Convênios: O presente item refere-se ao faturamento dos serviços médico-hospitalares prestados às Operadoras de Planos de Saúde privados, acrescido dos honorários médicos correspondentes, os quais, quando aplicável, são repassados às clínicas médicas responsáveis pela execução dos serviços.

Particulares: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados aos pacientes particulares, em geral acrescidos de honorários médicos a serem repassados para as clínicas médicas.

PCLD: Em conformidade com as disposições do ITG 2002, aprovado pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a Administração constituiu as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) com base na estimativa de valores cuja realização apresenta incerteza, abrangendo montantes passíveis de não recebimento junto a clientes de convênios, operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e também dos pacientes atendidos via SUS(Sistema Único de Saúde). Em estrita observância às diretrizes estabelecidas pelo ITG/2002(R1), Resolução CFC 1.409/2012, a Administração procedeu à constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa. Essa medida visa contemplar os valores potencialmente inexequíveis provenientes de clientes de Convênios/operadoras, Particulares e SUS. Essa prática contábil não apenas atende aos requisitos normativos, mas também reflete o compromisso da instituição em adotar uma abordagem prudente na gestão de seus recursos financeiros. Ao antecipar e provisionar os valores suscetíveis de não serem integralmente recebidos, a Administração busca mitigar os riscos associados à inadimplência e assegurar a saúde financeira da organização.Portanto, a constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa não apenas atesta a conformidade com as normas contábeis vigentes, mas também demonstra a responsabilidade e a diligência da Administração em garantir a estabilidade e a solidez das operações financeiras da instituição.

6. ESTOQUES

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos e Materiais Hospitalares	2.055	1.974
Materiais Almoxarifado	1.737	693
Doações	118	7
Estoque Materiais SHL	28	7
Estoque Materiais SND	162	112
Estoque Materiais de Manutenção	93	2.640
Estoque CME	(31)	4
Estoque SADT	19	12
Estoque Lavanderia	-	-
Estoque Lab. Análises Clínicas	4	56
Estoque SESMT	1	-
Estoque Fundo Fixo	(0)	(1)
	4.186	**5.504**

A Fundação possui um ERP (Enterprise Resource Planning) que permite um controle de seu estoque em conformidade ao CPC 16(R1) – Estoques - elaborado a partir do IAS 2 - emitido pelo (IASB). Mediante isto, a Fundação, baseando-se nas análises da gestão de suprimentos, não identificou itens para os quais fosse requerida uma provisão de perdas nos estoques, pois todo o material estocado encontra-se em condições de uso dentro de suas validades quando for o caso. Por meio dessa plataforma tecnológica que entendemos ser bem avançada, a Fundação é capaz de monitorar e gerenciar seu inventário de forma eficaz e em conformidade com as melhores práticas contábeis internacionais. Com base nas análises detalhadas realizadas pela gestão de suprimentos e baseando em nossos inventários semestrais, a Fundação concluiu que não há necessidade de constituir provisões para perdas nos estoques. Uma vez que é entendido que todo o material armazenado está em condições adequadas de uso e dentro de suas datas de validade, quando aplicável. Essa constatação reflete o compromisso da Fundação com a excelência na gestão de seus recursos e a garantia da qualidade e segurança de seus produtos.

7. OUTROS CRÉDITOS

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a Fornecedores	827	1.033
Adiantamento de Salários	1	11
Adiantamento de 13º Salário	35	-
Adiantamento de Ferias	240	272
Imóveis a Comercializar	-	851
Outros Créditos de Terceiros	2.733	2.858
Despesas Antecipadas	180	324
	4.016	**5.349**

Devido ao cenário enfrentado pela Fundação em 2023, alguns reflexos ainda podem ser visto em 2024 principalmente refletidas por protestos de títulos em cartório ao longo dos anos. Diante desse cenário, alguns fornecedores impõem a condição de pagamento antecipado como requisito para realizar vendas, o que nos obriga a adquirir produtos nessas condições para atender à demanda hospitalar, mas em 2024 pode-se perceber uma pequena melhorar em relação aos nossos pagamentos antecipados, fato é que ainda não conseguimos refletir isto em nossos lançamentos, uma vez que estamos com muita dificuldade em realizar este encontro de contas. Fato é que, nossa diretoria está realizando junto a setor responsável uma mudança estratégica afim de sanar todas essas pendências, ou seja, realizar as baixas com todas as evidências que a lei demanda. Importante ressaltar que, os adiantamentos aos fornecedores, não são pagos com recursos de verbas "carimbadas", ou seja, são pagos com recursos da produção. Quanto a composição constante na rubrica "Outros Créditos de Terceiros" destacamos alguns valores tais como:

-**O valor de R$ 318 mil,** refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e o Supermercado EPA.
-**O valor de R$ 435 mil,** refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e a Drogaria Araújo.
-**O valor de R$ 561 mil,** refere-se à captação via telemarketing, mediante operação realizada com empresas terceirizadas.
-**O valor de R$ 707 mil,** refere-se a empréstimo de materiais médicos e medicamentos a outros hospitais. Importante frisar que isso é uma prática comum entre as Instituições Hospitalares, para atender às demandas emergenciais e que são devidamente controladas via relatórios gerenciais pelo setor de farmácia da Fundação.
-**O valor de R$ 350 mil** refere-se à ação movida pela Fundação contra a Prefeitura de Sabará – Processo 0094806-84-2013.8.13.0567.
-**O Valor de R$ 157** mil refere-se a parceria entre a Fundação e algumas Faculdades/Universidades/ Escolas técnicas, para o estágio curricular obrigatório dos estudantes do curso de enfermagem e medicina no internato, sendo estes nas especialidades cirurgia geral, pediatria, ginecologia, clínica médica, dentre outros.

Despesas Antecipadas: Estes valores representam adiantamentos realizados pela Instituição a terceiros, dos quais ela mantém o direito de receber ou usufruir em períodos futuros, condicionados ao não cumprimento de obrigações contratuais pela parte contratada. Essa prática visa garantir a proteção dos interesses da Instituição e mitigar os riscos associados à inadimplência ou ao descumprimento de obrigações contratuais por parte dos terceiros envolvidos

8.DEPÓSITOS JUDICIAIS

Tais referências dizem respeito a processos judiciais nos quais a Fundação figura como parte litigante. Com o objetivo de resguardar seus interesses diante de possíveis desfechos adversos, a Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica, deliberou pela realização de depósitos judiciais correspondentes aos valores em disputa. Esses depósitos são devidamente discriminados conforme a natureza das controvérsias envolvidas e apresentados de maneira transparente e estruturada, refletindo o compromisso da Fundação com a conformidade legal e a gestão prudente de seus recursos financeiros:

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais Recursais	550	533
Cíveis e Trabalhista	316	357
	866	**890**

8.1 CONTA CORRENTE PACIENTES-SUS/CONVÊNIOS

Essa referência diz respeito aos montantes devidos à Fundação Benjamin Guimarães por parte de clientes cujos pagamentos ultrapassam o exercício financeiro vigente. Tais valores correspondem à compromissos pendentes de liquidação, exigindo da instituição uma gestão eficaz de crédito e cobrança, com o propósito de assegurar sua recuperação e otimizar o fluxo de caixa a longo prazo.

R$(mil)

	31/12/2024	31/12/2023
SMS/SES-Incentivo Centrare	397	1.246
SMS/SES-Incentivo Into	-	-
Polícia Militar Estado De Minas Gerais	-	110
Ipsemg - Inst.Prev.Serv.Do Estado De MG	-	-
	397	**1.356**

9.IMOBILIZADO

(a) Movimentação ocorrida no ano de 2024 e demonstrada da seguinte maneira: R$(mil)

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Terrenos	520.630	-	-	520.630	-	-	520.630
Edificações	27.772	-	-	27.773	-	-	27.772
Instalações	9.153	-	-	9.153	-	-	9.153
Benfeitorias	11.662	2.504	-	14.165	-	-	14.165
Bens Móveis	26.350	2.516	(418)	28.448	1.163	(210)	29.401
Imobilizado em Andamento	1.163	146	-	1.310	3.150	(187)	4.273
Imóveis de uso - Convênios Públicos	7.266	-	-	7.266	-	-	7.266
Bens Móveis - Convênios Públicos	19.854	1.840	(46)	21.648	6.612	(713)	27.546
Total	**623.850**	**7.006**	**(464)**	**630.392**	**10.925**	**(1.110)**	**640.206**
Depreciação Acumulada							
Edificações	(7.121)	(741)	-	(7.861)	(740)	-	(8.602)
Instalações	(7.950)	(206)	1	(8.155)	(170)	-	(8.326)
Benfeitorias	(135)	(406)	-	(541)	(459)	-	(999)
Bens móveis	(15.634)	(1.901)	183	(17.354)	(2.380)	165	(19.569)
Depreci